Conflito Israel x Hezbollah (Líbano) à luz do Direito Internacional Público

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Magson Willian Da Silva Rodrigues
Stace Liz Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O conflito entre Israel e o Hezbollah, grupo armado não estatal do Líbano, reflete a complexa instabilidade do Oriente Médio. Originado nos anos 1980, durante a Guerra Civil Libanesa e com apoio do Irã e da Síria, o Hezbollah consolidou-se como força político-militar e ator regional relevante. As tensões com Israel, acentuadas em 2006, envolvem ataques transfronteiriços e debates no Direito Internacional Público sobre legítima defesa (art. 51 da ONU), responsabilidade de grupos não estatais e proteção de civis. Israel invoca defesa contra ataques do Hezbollah, mas enfrenta críticas por ações em território libanês. O Direito Internacional Humanitário é frequentemente violado por ambas as partes, com ataques a áreas civis. A ONU, por meio da UNIFIL, atua na contenção do conflito, mas com eficácia limitada. A ausência de atuação efetiva da CIJ e do TPI revela a dificuldade de responsabilização internacional e a fragilidade das instituições diante desses impasses jurídicos e políticos

Objetivo

O objetivo deste resumo expandido é analisar o conflito entre Israel e o Hezbollah sob a perspectiva do Direito Internacional Público, abordando a aplicação do princípio da legítima defesa, a responsabilidade de grupos armados não estatais e as violações ao Direito Internacional Humanitário, evidenciando os desafios jurídicos e políticos na responsabilização internacional.

Material e Métodos

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. O uso de pesquisa foi importante para entender como os órgãos fompetentes para tratarem a legítima defesa, responsabilidade de grupos armados não estatais e Direito Internacional Humanitário. Utilizou-se também relatórios da ONU. A metodologia empregada permitiu correlacionar a teoria jurídica com fatos históricos e contemporâneos, destacando a complexidade da aplicação das normas internacionais em situações de conflito envolvendo atores não estatais e a limitação das instituições internacionais diante dessas disputas.

Resultados e Discussão

Os efeitos mais evidentes do conflito incluem deslocamentos forçados de populações civis, destruição de

infraestrutura essencial, graves violações de direitos humanos e impactos econômicos persistentes no Líbano. Para Israel, os ataques resultam em perdas humanas, instabilidade nas áreas fronteiriças e altos custos militares. No cenário regional, o conflito contribui para a manutenção de um ambiente de tensão que dificulta a estabilidade política no Oriente Médio.

Conclusão

A análise do conflito entre Israel e o Hezbollah revela a complexidade das relações entre Estados e atores não estatais no Direito Internacional. Conceitos como legítima defesa e responsabilidade internacional evidenciam a importância e as limitações das normas jurídicas diante de realidades políticas e militares, reforçando a necessidade de fortalecer instituições internacionais e promover responsabilização efetiva por violações.

Referências

CASSESE, Antonio. International Law. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DINSTEIN, Yoram. War, Aggression and Self-Defence. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SCHARF, Michael. The Hezbollah-Israel War: An International Law Analysis. Case Western Reserve Journal of International Law, v. 40, 2007.

NAÇÕES UNIDAS. Relatórios do Conselho de Segurança sobre a UNIFIL (2006–2024).

AMNISTIA INTERNACIONAL. Relatórios sobre o conflito Israel-Líbano (2006–2023).

Human Rights Watch. Why They Died: Civilian Casualties in Lebanon During the 2006 War.